

Teles Pires
Participações
S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Sumário

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	11
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	15
3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	21
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	22
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS.....	22
9. INVESTIMENTO.....	24
10. IMOBILIZADO.....	25
11. INTANGÍVEL	26
12. FORNECEDORES	27
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	27
14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)	30
15. ENCARGOS SETORIAIS.....	31
16. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER.....	31
17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	31
18. OBRIGAÇÕES DO MEIO AMBIENTE	33
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34
20. RECEITA LÍQUIDA.....	35
21. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	36
22. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	36
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	36
24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	37
25. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	38
26. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO.....	40
27. SEGUROS.....	41

Teles Pires Participações

Relatório de Administração – 2019

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Teles Pires Participações S.A (doravante denominada “Companhia” ou “TPP”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 154 - 9º andar - Flamengo, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou exterior.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso, possui potência instalada de 1.820 MW médio, Energia Assegurada de 930,7 MW médio e é composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médio.

O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2011 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano.

O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. (“UHE Teles Pires”) passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 15% serão destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 901.879 em 31 de dezembro de 2019 (838.070 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e no consolidado. O prejuízo do exercício de 2019 na controlada é de R\$ 63.809 (228.423 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 63.933 (229.984 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 45.968 na controladora e de R\$ 163.913 no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia

espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 10 e 11), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2020.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	Consolidado		
	2019	2018	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	990.990	913.090	8,5%
Receita Operacional Líquida	831.628	772.602	7,6%
EBITDA	340.575	238.953	42,5%
Resultado do Serviço - EBIT	160.686	61.643	160,7%
Resultado Financeiro	(275.839)	(303.104)	-9,0%
Lucro Líquido	(63.933)	(229.984)	-72,2%

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Ativo Total	2.165.538	2.166.492	0,0%	5.247.284	5.340.875	-1,8%
Dívida Bruta	640.676	690.994	-7,3%	3.074.893	3.267.517	-5,9%
Dívida Líquida ¹	580.393	627.088	-7,4%	2.931.484	3.140.105	-6,6%
Patrimônio Líquido	1.524.851	1.475.468	3,3%	1.542.148	1.492.690	3,3%

Atendendo a Instrução CVM No 527 demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	Consolidado			
	2019	2018	Variação (R\$)	Variação (%)
(Prejuízo) Lucro Líquido	(63.933)	(229.984)	166.051	-72,2%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	(51.220)	(11.477)	(39.743)	346,3%
Amortização e Depreciação	179.889	177.310	2.579	1,5%
Receitas Financeiras	(9.811)	(13.549)	3.738	-27,6%
Despesas Financeiras	285.650	316.653	(31.003)	-9,8%
LAJIDA (EBITDA)	340.575	238.953	101.622	42,5%

3. ENDIVIDAMENTO

3.1 PERFIL DA DÍVIDA

Em maio de 2012, A TPP realizou sua 1ª Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS no montante de R\$ 650 milhões para financiamento de parte dos investimentos na UHE Teles Pires. As debêntures são não conversíveis, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a.



4. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para realização de auditoria para o exercício de 2019 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor (R\$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R\$ 631,90	20 meses

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Teles Pires Participações S.A
Rio de Janeiro**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Teles Pires Participações S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Teles Pires Participações S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

	<p>consideramos aceitável a mensuração do ativo imobilizado, no tocante à sua recuperabilidade, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
--	--

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

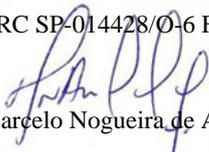
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro , 31 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	905	506	43.031	27.857
Contas a receber de clientes	6	-	-	92.039	106.791
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	6.673	4.911	13.575	18.231
Outros Impostos e contribuições a recuperar	7	60	60	7.064	11.502
Despesas pagas antecipadamente		-	-	3.816	2.587
Outros ativos circulantes		-	18	120	56
Total do circulante		7.638	5.495	159.645	167.024
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	59.378	63.400	100.378	99.555
Outros Impostos e contribuições a recuperar	7	-	-	-	18
Impostos e contribuições diferidos	8	-	-	259.960	208.740
Depósitos judiciais	17	-	-	56.575	62.188
Investimentos	9	2.098.523	2.097.596	-	-
Direito de Uso		-	-	657	-
Imobilizado	10	-	-	4.503.096	4.673.740
Intangível	11	-	-	166.972	129.609
Total do não circulante		2.157.900	2.160.996	5.087.639	5.173.851
Total do ativo		2.165.538	2.166.492	5.247.284	5.340.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	-	-	54.363	64.297
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	159.499	159.213
Debêntures	13	53.595	54.913	53.595	54.913
Passivo de arrendamento		-	-	439	-
Salários e encargos a pagar		-	-	1.483	2.266
Encargos setoriais	15	-	-	10.120	13.563
Outros tributos a recolher	16	11	29	9.518	12.413
Obrigações do meio ambiente	18	-	-	21.465	55.294
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	-	-	11.027	10.526
Outros passivos circulantes		-	-	2.050	2.424
Total do circulante		53.606	54.942	323.558	374.909
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	2.274.718	2.417.310
Debêntures	13	587.081	636.081	587.081	636.081
Passivo de arrendamento		-	-	296	-
Encargos setoriais	15	-	-	6.273	1.539
Obrigações do meio ambiente	18	-	-	67.103	-
Provisões	17	-	-	290.641	266.121
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	-	-	153.318	152.153
Outros passivos não circulantes		-	-	2.148	72
Total do não circulante		587.081	636.081	3.381.578	3.473.276
Patrimônio líquido					
Capital social	19	2.426.730	2.313.538	2.426.730	2.313.538
Prejuízo Acumulado		(901.879)	(838.070)	(901.879)	(838.070)
Total do patrimônio líquido antes das participações de não controladores		1.524.851	1.475.468	1.524.851	1.475.468
Atribuível à participação dos acionistas não controladores		-	-	17.297	17.222
Total do patrimônio líquido		1.524.851	1.475.468	1.542.148	1.492.690
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.165.538	2.166.492	5.247.284	5.340.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	20	-	-	831.628	772.602
Custos dos serviços		-	-	(646.609)	(687.545)
Custos com energia elétrica	21	-	-	(447.891)	(493.189)
Custos de operação	22	-	-	(198.718)	(194.356)
Lucro bruto			-	185.019	85.057
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	22	(7.334)	(7.334)	(24.333)	(23.414)
Resultado de participações societárias		(13.654)	(171.901)	-	-
Equivalência Patrimonial	9	(13.654)	(171.901)	-	-
Lucro (Prejuízo) Operacional		(20.988)	(179.235)	160.686	61.643
Receitas Financeiras	23	3.879	4.314	9.811	13.549
Despesas Financeiras	23	(46.700)	(50.844)	(285.650)	(316.653)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(63.809)	(225.765)	(115.153)	(241.461)
Imposto de renda e contribuição social	8	-	(2.658)	51.220	11.477
Corrente		-	(2.658)	-	(2.658)
Diferido		-	-	51.220	14.135
Prejuízo do Exercício		(63.809)	(228.423)	(63.933)	(229.984)
Atribuível à:					
Acionistas controladores		(63.809)	(228.423)	(63.809)	(228.423)
Acionistas não controladores		-	-	(124)	(1.561)
Prejuízo diluído por ação – R\$:					
Ordinária		(0,03)	(0,10)	(0,03)	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(63.809)	(228.423)	(63.933)	(229.984)
Outros resultados abrangentes, líquido	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(63.809)</u>	<u>(228.423)</u>	<u>(63.933)</u>	<u>(229.984)</u>
Atribuível à:				
Acionistas controladores	(63.809)	(228.423)	(63.809)	(228.423)
Acionistas não controladores	-	-	(124)	(1.561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Controlador

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.156.130	(609.647)	1.546.483
Capital integralizado (Nota 19)	157.408	-	157.408
Prejuízo do exercício	-	(228.423)	(228.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.313.538	(838.070)	1.475.468
Capital Integralizado (Nota 19)	113.192	-	113.192
Prejuízo do exercício	-	(63.809)	(63.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.426.730	(901.879)	1.524.851

Consolidado

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Participação de não controladores</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.156.130	(609.647)	1.546.483	18.098	1.564.581
Capital integralizado (Nota 19)	157.408	-	157.408	685	158.093
Prejuízo do exercício	-	(228.423)	(228.423)	(1.561)	(229.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.313.538	(838.070)	1.475.468	17.222	1.492.690
Capital integralizado (Nota 19)	113.192	-	113.192	199	113.391
Prejuízo do exercício	-	(63.809)	(63.809)	(124)	(63.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.426.730	(901.879)	1.524.851	17.297	1.542.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Prejuízo do período	(63.809)	(228.423)	(63.933)	(229.984)
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO (PREJUÍZO) AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(63.848)	226.628	406.631	468.749
Depreciação e amortização	7.334	7.334	179.556	177.310
Amortização - Direito de Uso	-	-	333	-
Resultado de equivalência patrimonial	13.654	171.901	-	-
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e outras receitas financeiras	46.518	50.805	246.153	272.340
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(3.551)	(2.675)
Alienação do ativo imobilizado e intangível	-	-	1.500	185
Atualização das provisões para contingências e ambientais	-	-	29.045	29.356
Atualização de títulos e valores mobiliários	(3.658)	(3.412)	(5.752)	(5.178)
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	-	-	10.496	11.546
Juros incorridos passivo de arrendamento	-	-	71	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(51.220)	(14.135)
	39	(1.795)	342.698	238.765
(Aumento) redução de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	14.752	(7.177)
IR e CSLL a recuperar	(1.762)	1.726	4.656	1.741
Outros tributos a recuperar	-	(60)	4.456	12.750
Depósitos judiciais	-	-	5.613	(3.359)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(1.229)	(24)
Outros ativos	18	-	(64)	2.529
	(1.744)	1.666	28.184	6.460
Aumento (redução) de passivos operacionais				
Fornecedores	-	-	(9.934)	(17.564)
Salários e encargos a pagar	-	-	(783)	(18)
Encargos setoriais	-	-	1.292	(761)
Outros tributos a recolher	(18)	(226)	(2.895)	(6.444)
Obrigações de meio ambiente	-	-	(11.837)	(13.751)
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	-	-	(8.830)	(8.517)
Outros passivos	-	1	1.702	(214)
Pagamento de juros - Arrendamentos	-	-	(71)	-
	(18)	(225)	(31.356)	(47.269)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(1.723)	(354)	339.526	197.956
Atividades de investimento				
Integralização de capital	(21.913)	(75.422)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(3.638)	(6.178)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(40.874)	-	(78.167)	(28.877)
Resgate de títulos e valores mobiliários	48.554	20.800	83.095	90.401
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimento	(14.233)	(54.622)	1.290	55.346
Atividades de financiamento				
Integralização de capital	113.192	157.408	113.391	158.094
Encargos de dívidas pagos	(45.715)	(51.645)	(237.863)	(232.239)
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	2.225	1.541
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(152.019)	(132.203)
Amortização do principal de debêntures	(51.122)	(51.121)	(51.121)	(51.121)
Pagamento de principal - Arrendamentos	-	-	(255)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	16.355	54.642	(325.642)	(255.928)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	399	(334)	15.174	(2.626)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	506	840	27.857	30.483
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	905	506	43.031	27.857
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	399	(334)	15.174	(2.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A (“Companhia” ou “TPP”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso. A usina possui potência instalada de 1.820 MW médio e Energia Assegurada de 930,7 MW médio.

O prazo do Contrato de Concessão da UHE Teles Pires é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 901.879 em 31 de dezembro de 2019 (838.070 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e no consolidado. O prejuízo do exercício, em 31 de dezembro de 2019 na controladora é de R\$ 63.809 (R\$ 228.423 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 63.933 (R\$ 229.984 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 45.968 (R\$ 49.447 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e de R\$ 163.913 (R\$ 207.885 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto no plano de negócios da Companhia recursos de seus acionistas se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 10 e 11), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 8).

2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas informações contábeis da Teles Pires e de sua controlada.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. A Companhia Hidrelétrica Teles Pires é a controlada da Teles Pires Participação S.A.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa 26 de Estimativa a valor justo.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou, julgamentos e, estimativas, para a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhados na nota explicativa 3.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos - Nota 26;
- (ii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos - Nota 17;
- (iii) Reconhecimento de provisões para gastos ambientais - Nota 18;
- (iv) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados - Nota 8.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado.

b) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômicas ou legais onde a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticadas no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia efetuou análise de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

d) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

e) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

3.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 – Leases, que substituiu o IAS 17 – Leases.

Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções:

- Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos;
- Não mensuração de arrendamentos de curto prazo;
- Não mensuração para itens de baixo valor, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$5 mil;
- Método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores.

A adoção da IFRS 16, não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*).

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	749	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	749

(ii) ICPC 22/IFRIC 23 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e depósitos bancários à vista	3	54	9	60
Fundos de investimento	902	452	43.022	27.797
	905	506	43.031	27.857

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é constituída por fundos de investimentos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	2019	2018
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	25.583
Títulos públicos	42.017	1.066
Outros	-	27
	42.017	26.676
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	1.005	1.121
Total CEC - Fundos Exclusivos	43.022	27.797

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e valores mobiliários					
Não circulante					
Fundo de investimento – BB					
polo	(a)	-	-	41.000	36.155
CDB 5 Caixa Econômica					
Federal	(b)	59.378	63.400	59.378	63.400
		<u>59.378</u>	<u>63.400</u>	<u>100.378</u>	<u>99.555</u>

(a) A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Valor depositado em garantia somente será resgatado ao final do pagamento das parcelas.

(b) A Companhia mantém uma conta corrente na Caixa Econômica Federal e mantém o valor aplicado com objetivo de atender as obrigações contratuais. Esta conta está vinculada à dívida e somente será resgatada ao final do pagamento das parcelas.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2018	80.788	155.902
Aplicações	-	28.877
Resgates	(20.800)	(90.401)
Remuneração	3.412	5.178
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63.400	99.555
Aplicações	40.874	78.167
Resgates	(48.554)	(83.095)
Remuneração	3.658	5.752
Saldos em 31 de dezembro de 2019	59.378	100.378

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Ref.	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Títulos a receber	(a)		
Terceiros		47.221	52.278
Partes relacionadas (nota 24)		44.818	54.513
Total		<u>92.039</u>	<u>106.791</u>

(a) Referem-se aos contratos de fornecimento de energia no ambiente livre e regulado.

	Saldos	Vencidos	Total	
	vincendos	Até 90 dias	2019	2018
Setor privado	89.940	2.099	92.039	106.791
Total	89.940	2.099	92.039	106.791

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

7.1 Impostos de renda e contribuição social a recuperar

Ref.	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de Renda – IR (a)	6.673	4.911	10.888	11.739
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL (a)	-	-	2.687	6.492
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.673	4.911	13.575	18.231

(a) IR e CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

7.2 Outros tributos a recuperar

Ref.	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	1	19
Programa de Integração Social - PIS	8	8	965	1.752
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	52	52	6.096	9.748
Outros	-	-	2	1
Outros tributos a recuperar	60	60	7.064	11.520
Circulante	60	60	7.064	11.502
Não circulante	-	-	-	18

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
Diferido ativo	259.960	208.740
Total	259.960	208.740

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A base de cálculo dos tributos diferidos é como segue:

	Consolidado			
	2019		2018	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo fiscal	669.857	669.857	583.771	583.771
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Prejuízo Fiscal	167.464	60.287	145.943	52.539
Ativo				
Provisão para contingências	80.339	80.339	23.525	23.525
Provisão PLR	625	625	743	743
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	10.099	10.099	5.902	5.902
Outros	3.670	3.670	-	-
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	94.733	94.733	30.170	30.170
Total Diferenças Temporárias - LÍQUIDO	94.733	94.733	30.170	30.170
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	23.683	8.526	7.543	2.715
Subtotal	191.147	68.813	153.486	55.254
Total do imposto diferido		259.960		208.740

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura de sua controlada e do mercado que as mesmas operam.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
9.872	9.832	19.002	10.317	210.960	259.960

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(115.153)	(115.153)	(241.461)	(241.461)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(258.788)	(10.364)	(60.365)	(21.731)
Exclusões (adições) no cálculo do tributo	(21.413)	(7.708)	12.391	3.504
Diferenças permanentes	(21.413)	(7.708)	9.043	3.255
Incentivos fiscais e outros	-	-	3.348	249
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(50.201)	(18.072)	(47.974)	(18.227)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	12.539	4.514	40.239	14.485
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(37.662)	(13.558)	(7.735)	(3.742)
Corrente	-	-	2.658	-
Diferido	(37.662)	(13.558)	(10.393)	(3.742)
	(37.662)	(13.558)	(7.735)	(3.742)
Alíquota efetiva	57,94%	20,86%	5,54%	1,99%

9. INVESTIMENTO

A Companhia possui participação acionária de 99,10% na investida Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Encargos Financeiros e Amortizações	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.992.800	208.610	2.201.410
Integralização de capital	75.422	-	75.422
Equivalência patrimonial	(171.901)	-	(171.901)
Amortizações	-	(7.334)	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.896.320	201.276	2.097.596
Integralização de capital	21.913	-	21.913
Equivalência patrimonial	(13.654)	-	(13.654)
Amortizações	-	(7.334)	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.904.579	193.942	2.098.521

A seguir apresentamos as informações sobre a investida:

Balço Patrimonial	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	
	2019	2018
Ativos	4.986.323	5.070.700
Circulante	152.007	161.529
Não Circulante	4.834.316	4.909.171
Passivo e Patrimônio Líquido	4.986.323	5.070.700
Circulante	269.953	319.964
Não Circulante	2.794.494	2.837.194
Patrimônio Líquido	1.921.876	1.913.542

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Demonstração de resultado	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	
	2019	2018
Receita líquida	831.628	772.602
Custo do serviço	(646.609)	(687.545)
Lucro Bruto	185.019	85.057
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	(16.999)	(16.080)
Lucro Operacional	168.020	68.977
Resultado financeiro		
Receita financeira	5.932	9.235
Despesa financeira	(238.950)	(265.809)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(64.998)	(187.597)
Diferido	51.220	14.135
Prejuízo do exercício	(13.778)	(173.462)

Demonstração de resultados abrangentes	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	
	2019	2018
Prejuízo do período	(13.778)	(173.462)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	-	-
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	(13.778)	(173.462)

10. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	2019		2018		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos	3,23%	101.022	(15.227)	85.795	90.260
Reservatórios, barragens e adutoras	3,29%	2.431.288	(362.632)	2.068.656	2.147.303
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,20%	1.358.467	(205.630)	1.152.837	1.196.423
Máquinas e equipamentos	5,37%	1.156.974	(170.015)	986.959	1.023.237
Veículos	14,29%	112	(67)	45	364
Móveis e utensílios	6,25%	259	(173)	86	110
Outros		226.725	(32.780)	193.945	201.279
		5.274.847	(786.524)	4.488.323	4.658.976
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.790	-	1.790	2.333
Máquinas e equipamentos		10.740	-	10.740	9.692
Veículos		1.185	-	1.185	383
Móveis e utensílios		589	-	589	555
Outros		469	-	469	1.801
		14.773	-	14.773	14.764
Total		5.289.620	(786.524)	4.503.096	4.673.740

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido de eventuais provisões para perda do valor recuperável e depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação calculada em conformidade com a vida útil estimada dos bens.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em Serviço		Em Curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	5.273.697	(441.853)	4.831.844	8.586	4.840.430
Adições	-	-	-	6.178	6.178
Baixas	(366)	225	(141)	-	(141)
Depreciação	-	(172.727)	(172.727)	-	(172.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.273.331	(614.355)	4.658.976	14.764	4.673.740
Adições	-	-	-	3.638	3.638
Baixas	(2.007)	599	(1.408)	(106)	(1.514)
Depreciação	-	(172.768)	(172.768)	-	(172.768)
Transferências	3.523	-	3.523	(3.523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.274.847	(786.524)	4.488.323	14.773	4.503.096

11. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	Consolidado			
	2019		2018	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Direito de uso da concessão	3,13%	146.412	(21.387)	125.025
Licença de operação (LO)	20,00%	44.137	(2.207)	41.930
Total		190.549	(23.594)	166.955
Em curso				
Direito de uso de software		17	-	17
		190.566	(23.594)	166.972

A movimentação do intangível consolidado é como segue:

	Ref.	Em serviço		Em curso		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018		146.456	(12.237)	134.219	17	134.236
Baixas		(44)	-	(44)	-	(44)
Amortizações		-	(4.583)	(4.583)	-	(4.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		146.412	(16.820)	129.592	17	129.609
Adições		-	-	-	44.137	44.137
Baixas		-	14	14	-	14
Amortizações		-	(6.788)	(6.788)	-	(6.788)
Transferências	(a)	44.137	-	44.137	(44.137)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		190.549	(23.594)	166.955	17	166.972

(a) Adição em curso no período refere-se à provisão da renovação da Licença de Operação, que não gerou impacto no caixa da Companhia. Desta forma, não apresentamos nas atividades de investimentos da Demonstração do Fluxo de Caixa.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

12. FORNECEDORES

Fornecedores	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica	10.249	12.423
Terceiros	10.249	7.322
Partes relacionadas	-	5.101
Encargos de uso da rede	40.266	43.015
Terceiros	33.833	41.358
Partes relacionadas (nota 24)	6.433	1.657
Materiais e serviços	3.848	8.859
Terceiros	3.848	8.859
Total	54.363	64.297

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a. Composição dos empréstimos e financiamentos e debêntures

a.1. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e Financiamentos	Consolidado	
	2019	2018
Moeda Nacional		
BNDES	2.434.217	2.576.523
Total Moeda Nacional	2.434.217	2.576.523
Circulante	159.499	159.213
Não Circulante	2.274.718	2.417.310

a.2. Debêntures

Debêntures	Consolidado	
	2019	2018
Moeda Nacional		
Neoenergia	640.676	694.278
(-) Custos de transação	-	(3.284)
Total Moeda Nacional	640.676	690.994
Circulante	53.595	54.913
Não Circulante	587.081	636.081

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

b. Mutações de saldos

b.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Consolidado		
	Moeda Nacional		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	139.663	2.526.580	2.666.243
Ingressos		1.541	1.541
Encargos	221.535	-	221.535
Transferências	110.811	(110.811)	-
Amortização de principal	(132.203)	-	(132.203)
Pagamento de juros	(180.593)	-	(180.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	159.213	2.417.310	2.576.523
Ingressos	2.225	-	2.225
Encargos	199.635	-	199.635
Transferências	142.592	(142.592)	-
Amortização de principal	(152.019)	-	(152.019)
Pagamento de juros	(192.147)	-	(192.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	159.499	2.274.718	2.434.217

A seguir apresentamos a captação do exercício:

<u>Empresa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos Financeiros Anuais - %</u>	<u>Valor Captado</u>
BNDES Direto	15/02/2036	TJLP + 2,02%	2.225

b.2. Debêntures

	Consolidado		
	Moeda nacional		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	55.754	687.200	742.956
Encargos	50.805	-	50.805
Transferências	51.121	(51.121)	-
Amortizações de principal	(51.121)	-	(51.121)
Pagamento de juros	(51.645)	-	(51.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	54.913	636.081	690.996
Encargos	44.564	-	44.564
Transferências	51.121	(51.121)	-
Amortizações de principal	(51.121)	-	(51.121)
Pagamento de juros	(45.715)	-	(45.715)
(-) Custos de transação (*)	(167)	2.121	1.954
Saldos em 31 de dezembro de 2019	53.595	587.081	640.676

(*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas conforme CPC 48 / IFRS 09.

c. Cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos

c.1. Empréstimos e financiamentos

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é conforme tabela a seguir:

	<u>Dívida</u>
2021	152.023
2022	152.023
2023	152.023
2024	152.023
Acima 2024	1.666.626
Total obrigações	2.274.718

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

c.2. Debêntures

O cronograma de amortização das debêntures é conforme tabela a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2019		
	Debêntures	Custos de Transação	Total Líquido
2021	51.121	(178)	50.943
2022	51.121	(172)	50.949
2023	51.121	(156)	50.965
2024	51.121	(143)	50.978
Acima de 2025	383.757	(511)	383.246
Total	588.241	(1.160)	587.081

d. Condições restritivas financeiras (covenants)

d.1. Empréstimos e financiamentos

Controlada

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O contrato de cessão estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida. A Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida por fiança bancária, até 30 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 este índice foi de 0,99, não atingindo o item pré-estabelecido.

O contrato de cessão estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%

Em 31 de dezembro de 2019 este índice foi de 39%.

d.2. Debêntures

Controladora

Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura da 1ª emissão de debêntures estabelece que a Companhia deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2

Adicionalmente, a escritura também estabelece que a Neoenergia S.A., como Fiadora, deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,5
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

e. Garantias dos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2019
BNDES	R\$	Construção da UHE Teles Pires	TJLP + 2,02%	Fev-2036	Penhor das Ações / Contas Reservas / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	1.212.000	1.222.775
Banco do Brasil	R\$	Construção da UHE Teles Pires	TJLP + 1,89%	Fev-2036	Penhor das Ações / Contas Reservas / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	1.200.000	1.211.442
FI-FGTS	R\$	Construção da UHE Teles Pires	CDI + 0,7%	Mai-2032	Fidejussória / Cessão Fiduciária	650.000	640.676
						3.062.000	3.074.893

14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de junho de 2014, a controlada “CHTP” celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A controlada “CHTP” recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de junho de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

A seguir apresentamos a mutação do “UBP”:

Saldo em 01 de janeiro de 2018	159.650
Atualização monetária	6.600
Ajuste a valor presente	4.946
Pagamentos	(8.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	162.679
Atualização monetária	5.598
Ajuste a valor presente	4.898
Pagamentos	(8.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	164.345
Circulante	11.027
Não circulante	153.318

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

15. ENCARGOS SETORIAIS

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	295	583
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.758	7.742
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	466	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	6.726	6.485
Ministério de Minas e Energia - MME	148	292
Total	16.393	15.102
Circulante	10.120	13.563
Não circulante	6.273	1.539

16. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	880	-
Programa de Integração Social – PIS	1	2	1.259	1.624
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10	12	3.697	7.504
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	202	341
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	-	32	91
Imposto sobre Serviços – ISS	-	-	38	139
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	561	730
Outros	-	15	2.849	1.984
Total	11	29	9.518	12.413

17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Consolidado		
	Contingências		Total
	Trabalhistas	Cíveis	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.409	237.031	239.440
Constituição	6	-	6
Baixa/Reversão	(258)	(2.423)	(2.681)
Atualização	219	29.137	29.356
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.376	263.745	266.121
Constituição	324	-	324
Baixa/Reversão	(601)	(3.274)	(3.875)
Atualização	(93)	28.164	28.071
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.006	288.635	290.641

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.455 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.040 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública (“ACP”) no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 135.229 em 31 de dezembro de 2019 (R\$121.636 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m..

Claim do Consórcio Construtor

Trata-se de processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado a pedido do Consórcio Construtor Teles - (“CCTP”) contratado na modalidade de *turn-key* para a construção da UHE Teles Pires.

O pedido refere-se ao pleito de extra custo da construção, estimado pelo “CCTP”, referente aos seguintes eventos descritos abaixo:

- Atrasos decorrentes de liberação das áreas afetadas pelas obras;
- Pleito de geologia;
- Pleito de mão de obra;
- Pleito da linha de transmissão.

Ainda serão realizadas perícias técnicas na arbitragem. Do pleito de custo extra estimado pelo “CCTP”, a Administração da Companhia, com base em parecer elaborado pelo escritório de advocacia que acompanha a arbitragem, estimou que os pleitos com a probabilidade de perda provável totalizam o valor de R\$ 196.908 corrigidos até 31 de dezembro de 2019 (R\$ 173.809 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2016, foi realizado o registro inicial dos pleitos envolvidos nesta arbitragem, em contrapartida ao ativo imobilizado.

Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 71.918 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 69.581 em 31 de dezembro de 2018).

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	77	134
Cíveis	56.205	62.054
Fiscais	293	-
Total	56.575	62.188

18. OBRIGAÇÕES DO MEIO AMBIENTE

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévia (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Ref.	Consolidado
		Provisões Ambientais
Saldos em 01 de janeiro de 2018		69.045
Baixa/Reversão		(13.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		55.294
Constituição	(a)	44.137
Baixa/Reversão		(11.837)
Atualização		974
Saldos em 31 de dezembro de 2019		88.568
Circulante		21.465
Não Circulante		67.103

- (a) Em 2019 a Companhia teve renovada a sua Licença de Operação por mais cinco anos, tendo nova validade até 2024. Assim, foram contabilizados na provisão ambiental os valores previstos até esta data. A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes ambientais constantes no licenciamento.

Segue abaixo o cronograma das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

	2019
	Provisões Ambientais
2020	21.465
2021	21.719
2022	14.729
2023	12.820
2024	17.835
Total das obrigações ambientais	88.568

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 2.426.730 (R\$ 2.313.538 em 31 de dezembro de 2018), representando ações ordinárias.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2018, 20 de agosto de 2018 e de 10 de dezembro de 2018, foram aprovados os aumentos de capital no valor de R\$ 37.225 mil, R\$ 117.884 mil e 27.360 mil respectivamente, com emissão de 37.225.000 ações, 117.884.000 ações e 27.359.622 ações.

Durante o exercício de 2018, os acionistas Eletrosul, Furnas e Neoenergia realizaram aportes nos valores de R\$ 38.911, R\$ 4.050 e R\$ 79.586, respectivamente, totalizando um total de capital integralizado de R\$ 157.408.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2019 e de 26 de setembro de 2019, foram aprovados os aumentos de capital no valor de R\$ 49.390 mil e 38.741 mil respectivamente, com emissão de 49.390 ações e 38.741 ações.

Durante o exercício de 2019, os acionistas Eletrosul, Furnas e Neoenergia realizaram aportes nos valores de R\$ 27.981, R\$ 27.981 e R\$ 57.230, respectivamente, totalizando um total de capital integralizado de R\$ 113.192.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 está apresentada conforme abaixo descrito:

Acionistas	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Lote de mil ações			Lote de mil ações		
	Ações ordinárias			Ações ordinárias		
	Única	%	Capital social Integralizado	Única	%	Capital social Integralizado
Neoenergia S.A	1.226.954	50,56%	1.226.954	1.169.724	50,56%	1.169.724
Furnas S.A	599.888	24,72%	599.888	571.907	24,72%	571.907
Eletrosul S.A	599.888	24,72%	599.888	571.907	24,72%	571.907
Total	2.426.730	100%	2.426.730	2.313.538	100%	2.313.538

Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no prejuízo do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(63.809)	(228.423)
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (*)	2.426.730	2.313.538
Prejuízo do período / Total de ações	(0,03)	(0,10)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

20. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida do consolidado por natureza, segmento, região geográfica e suas deduções:

Ref.	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Principais receitas		
Fornecimento de energia elétrica	990.845	911.639
Outras receitas	145	1.451
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo	990.990	913.090
(-) Deduções da receita líquida	(i) (159.362)	(140.488)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo	831.628	772.602

	Consolidado						31/12/2018
	Região geográfica						
	31/12/2019					Total	
Sul	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Total		
Principais receitas							
Fornecimento de energia elétrica	99.085	49.542	148.627	49.542	644.049	990.845	911.639
Outras receitas	-	-	-	-	145	145	1.451
Total da Receita Operacional Bruta	99.085	49.542	148.627	49.542	644.194	990.990	913.090
(-) Deduções da receita bruta	-	-	-	-	-	(159.362)	(140.488)
Total da Receita Operacional Líquida	99.085	49.542	148.627	49.542	644.194	831.628	772.602

i) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições		
ICMS	(8.632)	-
PIS	(16.207)	(15.043)
COFINS	(74.649)	(69.290)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.281)	(7.747)
Outorga da concessão pela utilização do bem público - CFURH	(5.592)	(43.747)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(46.001)	(4.661)
Total	(159.362)	(140.488)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

21. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida contrato bilateral (nota 24)	(152.117)	(211.170)
Energia curto prazo - MRE	22.125	(10.332)
Energia curto prazo - PLD	(55.081)	(16.707)
Créditos de PIS e COFINS	15.901	20.060
Taxa CCEE	(697)	(655)
Total	(169.869)	(218.804)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição		
Encargos de rede básica	(306.244)	(299.671)
Encargos de conexão	(147)	(140)
Créditos de PIS e COFINS	28.369	25.426
Total	(278.022)	(274.385)
Total de Custos com Energia Elétrica	(447.891)	(493.189)

22. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gastos:

Custos/Despesas	Consolidado			Total
	31/12/2019	Despesas gerais e administrativas	Total	
Pessoal	(7.444)	(2.223)	(9.667)	(11.221)
Administradores		(1.746)	(1.746)	(3.300)
Material	(1.024)	(228)	(1.252)	(806)
Serviços de terceiros	(7.842)	(7.360)	(15.202)	(15.152)
Uso do bem público - UBP	(4.898)	-	(4.898)	(4.946)
Depreciação e amortização	(172.403)	(7.486)	(179.889)	(177.310)
Valor residual do ativo imobilizado/intangível	-	-	-	(185)
Arrendamentos e aluguéis (*)	(40)	(27)	(67)	(373)
Tributos	(28)	(1.020)	(1.048)	(1.929)
Provisões líquidas - contingências	-	3.551	3.551	1.905
Outras (despesas)/receitas operacionais	(5.039)	(7.794)	(12.833)	(4.638)
Total custos/despesas	(198.718)	(24.333)	(223.051)	(217.770)

(*) Isenções previstas no CPC 06 / IFRS 16.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Renda de aplicações financeiras	3.805	4.729
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(190)	(631)
Outras receitas financeiras	264	216
Total	3.879	4.314
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(46.518)	(50.805)
IOF	(79)	(67)
Outras despesas financeiras	(103)	28
Total	(46.700)	(50.844)
Resultado financeiro líquido	(42.821)	(46.530)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Receitas Financeiras	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Renda de aplicações financeiras	7.468	9.155
Variações monetárias – Outras receitas	1.725	637
Atualização de depósitos judiciais	712	2.933
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(535)	(1.116)
Outras receitas financeiras	441	1.940
Total	9.811	13.549
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(246.153)	(272.340)
Variações monetárias – Dívida	-	(2)
Variações monetárias – Outras despesas	-	(30)
IOF	(850)	(582)
Arrendamento	(72)	-
Encargos P&D/PEE	(432)	(431)
Atualização provisão para contingências e ambientais	(29.045)	(29.356)
Provisão de juros / ajuste a valor presente do Uso do Bem Público	(10.496)	(11.546)
Outras despesas financeiras	1.398	(2.366)
Total	(285.650)	(316.653)
Resultado financeiro líquido	(275.839)	(303.104)

24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2019	2018	2019	2018	
Receita/ (Custo) de Energia Elétrica						
NC ENERGIA	(a)	21.137	14.600	241.230	174.556	2036
FURNAS	(a)	10.154	9.464	118.840	110.824	2036
ELETROSUL	(a)	-	9.464	118.840	110.824	2036
COELBA	(b)	7.778	7.440	65.802	62.668	2044
CELPE	(b)	3.089	2.899	25.072	23.892	2044
ELEKTRO REDES	(b)	1.989	1.985	17.462	16.649	2044
CEAL (*)	(b)	-	1.103	2.033	11.682	2044
ELETROACRE (*)	(b)	-	-	-	19.947	2044
CEPISA (*)	(b)	-	-	-	4.198	2044
COSERN	(b)	671	640	5.204	4.955	2044
		44.818	47.595	594.483	540.195	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)						
FURNAS	(c)	(4.610)	(1.138)	(45.599)	(44.138)	2046
AFLUENTE T	(c)	(30)	(30)	(363)	(342)	2046
SE NARANDIBA	(c)	(3)	(4)	(41)	(37)	2046
POTIGUAR SUL	(c)	(28)	(32)	(321)	(311)	2046
ELETROSUL	(c)	(1.762)	(453)	(17.876)	(17.080)	2046
		(6.433)	(1.657)	(64.200)	(61.908)	
Serviços Administrativos						
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(d)	-	-	(900)	(375)	2020
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(e)	-	-	(803)	(402)	2020
		-	-	(1.703)	(777)	
TOTAL		38.385	45.938	528.580	477.510	

(*) Companhias não apresentaram saldos relevantes em 2019, pois não fazem mais parte do Grupo.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL);
- (b) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente regulado (ACR);
- (c) Contratos de uso do sistema de transmissão (CUST) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo;
- (d) Contrato de prestação de serviços contábeis, tributários e de processos transacionais.
- (e) Contrato referente à consultoria de serviços de engenharia e operação e manutenção.

24.1 Remunerações da administração

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 30 de abril de 2019, teve como proposta o montante de até R\$ 2.611 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2019. Até 31 de dezembro de 2019 o montante pago foi de R\$ 1.704, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração recorrente	1.581	2.798
Benefício de curto prazo	123	291
Total	1.704	3.089

25. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Atualmente todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 43.022 em fundos exclusivos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Consolidado							
	31/12/2019							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	2.434.217	3.891.005	329.909	317.395	305.998	295.165	284.422	2.358.116
Debêntures	640.676	856.858	85.104	80.844	78.527	75.754	73.268	463.361
Fornecedores	54.363	54.363	54.363	-	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	9	60
Títulos e valores mobiliários	100.378	99.555
Contas a receber de clientes	92.039	106.791
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	43.022	27.797

e) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Consolidado no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Consolidado			
				Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	143.400	6.310	1.577	3.155
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,4%	640.676	32.756	8.189	16.378
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,6%	2.434.216	183.052	33.896	67.793

26. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do Grupo;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 – Ativos ou passivos cujos preços não observáveis.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurados pelo custo amortizado	192.417	192.417	206.346	206.346
Títulos e valores mobiliários	100.378	100.378	99.555	99.555
Contas a receber de clientes	92.039	92.039	106.791	106.791
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	43.022	43.022	27.797	27.797
Caixa e equivalentes de caixa	43.022	43.022	27.797	27.797
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	3.294.336	3.294.336	3.494.493	3.494.493
Fornecedores	54.363	54.363	64.297	64.297
Empréstimos e financiamentos	2.434.217	2.434.217	2.576.523	2.576.523
Debêntures	640.676	640.676	690.994	690.994
Passivo de arrendamento	735	735	-	-
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	164.345	164.345	162.679	162.679

Métodos e técnicas de avaliação

i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

27. SEGUROS

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado		
	2019		
	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$ mil)
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2020	50.000	99
Veículos	13/06/2020	100% da tabela FIPE-USP	153
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020	5.599.585	6.207

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES
Presidente

Titulares

Hugo Renato Anacleto Nunes
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto
Rogério Bonini Ruiz

Suplentes

José Paulo Werberich
Fabiano Uchoas Ribeiro
Almir Galvani Coutinho
Marcos Romeu Benedetti

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Graciela Granato
**Diretora Administrativa, Financeira, de
Coordenação e Meio Ambiente**

Ildebrando José Pereira Martins
Diretor Técnico

CONTADORA

Vivian Paim Lopes
CRC-RJ-Nº 104355/O-8

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Teles Pires Participações**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2019, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

FABIANO UCHOAS RIBEIRO

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO WERDINE MACHADO

ROGERIO BONINI RUIZ

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Teles Pires Participações**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Teles Pires Participações, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2019; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Teles Pires Participações relativas ao exercício social findo em 31.12.2019.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

Ana Graciela Granato
Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente

Ildebrando Martins
Diretor Técnico